

CAPÍTULO V

ESTADO: CRIATURA CAPAZ DE INTERFERIR NA SUA ORIGEM E FERRAMENTA DA CLASSE PRIVILEGIADA PARA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/estadodir05>

Gabriel Crozetta Mazon
Samuel Henrique Colombo da Luz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a fornecer uma concepção sobre o que é o Estado e suas funções. O objetivo foi construir uma visão de Estado que seja útil para o caso brasileiro, sustentada por alguns autores que fornecem esse subsídio. A metodologia foi de pesquisa exploratória, com uso de método descritivo analítico, de caráter qualitativo e referencial bibliográfico. Na sua maioria, os autores são marxistas e se utilizam do método materialista histórico dialético, que também foi empregado neste trabalho. O texto não está devidamente dividido desta forma, mas consegue-se observar claramente pelo menos três divisões, conforme exposto a seguir:

De apropriação mais geral, a definição do que é o Estado, sua dominação sobre o conhecimento e sua instrumentalização, a margem relativa de interferência e o poder que exerce a partir do território, que são bases para o intervencionismo e a formação de seu sistema nacional de economia. Tentou-se construir uma narrativa que desse uma visão do Estado que não fosse ufanista nem demonizada.

Seguindo, na segunda parte do texto, se coloca o sujeito nos países subdesenvolvidos, onde a intervenção do Estado no mercado é maior e proprietários de diversas empresas, em atividades estratégicas ou consideradas importantes, contam com o aporte dos aparelhos do Estado, seu financiamento e operosidade em fase inicial de funcionamento. Nesses países, há uma maior barreira do financiamento privado, ainda bastante débil em capital acumulado e capacidade de articulação, o que exige uma grande interferência estatal.

Por fim, na terceira e última etapa do texto, foi abordado o planejamento estatal e seu início mais destacado no Brasil. Não é como se não houvesse planejamento antes do Governo Juscelino Kubitschek (Governo JK), mas o Estado brasileiro, nesse período da história econômica, aprofunda a racionalização de sua estrutura burocrática, adotando o tecnicismo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceito de Estado

O Estado é uma estrutura especial que possui ossatura material própria, não redutível à dominação política. Para ser dominado por uma classe, precisa ter sido integralmente gestado por ela, mesmo que por outras mãos que não as suas, assumindo materialidade singular em cada formação.

No caso do Estado capitalista, por exemplo, tem-se uma estrutura de poder que é monopolizada pela classe burguesa e, portanto, é um Estado burguês. Configura um fenômeno totalitário singular de forma despótica, adquirindo legitimidade ao se considerar unidade do povo-nação. Seu limite é definido pelas suas relações de produção, as quais exercem maior interferência, assumindo certa autonomia relativa.

Ele interfere na formação das relações e lutas de classes, se posicionando antes que classes sociais ligadas à produção se organizem para entrar nessa luta. Institucionaliza-se o poder político, o qual deve ser entendido como uma infraestrutura de criação da classe dominante que precede e molda a superestrutura da esfera econômica (POULANTZAS, 2000). Apesar de uma estrutura social fragmentada, constituída por frações de classes (heterogêneas) que convivem num mesmo território nacional, fica evidente o motivo pelo qual as classes dominantes mantêm-se no controle do Estado, já que, desde a sua formação, atuam pelo lado de dentro da instituição.

Estado e saber

A relação entre Estado e Saber se deu pela separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, estabelecida no discurso e na ocupação de importantes atividades que servem ao consumo coletivo. O Estado atrai para si o poder sobre o Saber, na medida em que afasta as massas populares do encargo do trabalho manual, enraizando o afastamento por meio do discurso e do componente ideológico-simbólico da ocupação de espaços. Assim, torna-se “Aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente

política, constituído num agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico.” (POULANTZAS, 2000, p. 51).

Ele ainda cria mecanismos como estabilidade no emprego, melhor remuneração que nos setores privados e outros benefícios, para atrair uma significativa parcela dos trabalhadores mais capacitados para ocuparem funções em setores da estrutura do Estado. Muitos são contratados por meio de provas de concurso público, adquirindo experiência e dando continuidade à sua formação no setor público.

Autonomia relativa

O Estado possui autonomia relativa nas tomadas de decisão, o que faz com que a classe dominante tenha que buscar vias menos impositivas de perpetuação, como fomentar um grupo de intelectuais orgânicos que servem de instrumento em favor da hegemonia da classe burguesa (POULANTZAS, 2000).

A individualização do corpo social estabelecida por um funcionamento hierárquico-burocrático especializa e centraliza o Estado capitalista, além de tornar o espaço homogêneo e uniforme. Escorado nessa organização fragmentada, o Estado capitalista moderno, relativamente autônomo, participa na organização da divisão social do trabalho e orienta as relações de produção. O individual-privado é uma criação do Estado, ao passo que a separação relativa da sociedade como espaço público reforça o seu poder de interferência nas relações econômico-sociais. Não pode ser visto como uma barreira à ação do Estado moderno, uma vez que, tendo sido criado por ele, se transforma conforme a sua interferência (HARVEY, 2006; POULANTZAS, 2000; WEBER, 1982).

Nesse modelo, o Estado é o orientador da sociedade, estabelecendo uma organização racionalizada, estamental, que busca soluções para os problemas cada vez mais complexos do capitalismo moderno. Segundo Poulantzas (2000), na figura desse Estado reside a contradição de que ao mesmo tempo que se prega a individualização, por meio da difusão da ideo-

logia da classe dominante, também se condensa a vontade coletiva, que acaba por oprimir a liberdade individual.

Dentro de um processo de desregulamentação da economia e de liberalização dos mercados, nos deparamos com o modelo de Estado neoliberal, que reforça a individualização, incorporando a lógica do livre mercado. Nesse contexto de liberalização, a mão de obra fica suscetível a um regime concorrencial cada vez mais feroz (HARVEY, 2014). Esse discurso, característico do neoliberalismo e difundido como tipo ideal de modelo econômico, se apresenta tão fajuto quanto o discurso liberal da Inglaterra durante a sua construção hegemônica que, na prática, não era adotado por ela e foi criticado por Friedrich List e Thomas Hodgskin (1983).

Vindo das elites dominantes, o discurso é transmitido às massas como melhor conduta e destrói as possibilidades de organização social, enquanto a elite dirigente se organiza como grupo. Ocorre uma atomização da classe trabalhadora, que rumo para se tornar uma *commodity* no mercado de trabalho, onde concorrem incessantemente entre si por uma vaga de emprego.

Território é poder para o Estado

A institucionalização de toda forma estatal sempre se fundou em uma organização jurídica. Suas fronteiras territoriais são definidas pela relação com um não lugar, que permite fixar em todo lugar um “dentro” e um “fora” em relação ao próprio território, onde há maior amplitude da reprodução relativa do seu capital. O território é poder para o Estado, que define os nacionais e os estrangeiros e as regras para cada um, incluindo as punições (POULANTZAS, 2000).

O Estado, a serviço das classes dominantes, se apropria dos espaços, os moldando e reorganizando de acordo com a sua vontade. Mesmo as periferias próximas das grandes cidades são desapropriadas, inclusive de forma opressiva, para dar lugar a grandes arranha-céus e condomínios. A justificativa se baseia na não propriedade da terra, sem indenizar aqueles

desapropriados ou o fazendo com valor bastante baixo para dar lugar a altíssimos valores de venda da mesma terra (HARVEY, 2014). Assim, o espaço é central ao exercer poder sobre os indivíduos, contribuindo na construção da sociedade (HARVEY, 2014; SANTOS, 2008).

Ainda, como nos diz Harvey (2014), uma política de inclusão que dê a propriedade da terra aos moradores de favelas tanto pode servir para os incluir na sociedade e no sistema de crédito, via garantia de um bem (a propriedade), como pode permitir a avaliação para uma posterior desapropriação indenizada, que dará lugar a condomínios e arranha-céus para a camada privilegiada. Essa mudança de orientação política, que leva a concessão do título de propriedade a uma área de ocupação irregular, é guiada por uma mudança ideológica que pode ser, por sua vez, orientada por intelectuais orgânicos fomentados pela classe burguesa.

Intervencionismo estatal

O intervencionismo estatal não tem uma história homogênea nas diversas formações sociais, nem é linear em sentido progressivo, apresentando avanços e recuos, um desenvolvimento desigual que não pode ser explicado por razões puramente econômicas. Na economia, ele interfere na acumulação e reprodução do capital, modificando seu próprio espaço e o da economia.

Isso ocorre à medida que grupos distintos de setores de finanças se inserem, ampliam ou de alguma forma deixam de fazer parte da sua estrutura, apresentando pesos diferentes na tomada de decisão. Toda medida econômica tem, portanto, um caráter político que adapta as estratégias políticas das frações hegemônicas (que detém a ideologia dominante sobre os demais grupos).

Quanto ao capital público-estatizado, este não pode ser separado do sistema econômico, uma vez que mantém a lógica de exploração da mão de obra, extraindo e se apropriando do capital excedente produzido. Mesmo quando inserido em setores não rentáveis para o capital, sua inserção se

dá em um contexto político que dá sentido à intervenção. O limite negativo geral, no qual não cabe interferência, é o “sólido núcleo” das relações de produção capitalista (POULANTZAS, 2000).

Como forma superior de organização capitalista, o Estado interfere na circulação e no consumo em prol da redução da força de trabalho, sendo levado a interferências crescentes e descontinuidades em favor da reprodução da força de trabalho e do capital, sob demandas repostas e sobrepostas em níveis de magnitude distintas e formas diferenciadas.

Formação de um Sistema Nacional de Economia

A prosperidade e o bom desenvolvimento das forças produtivas exigem a unidade nacional, sobrepondo os interesses nacionais aos do indivíduo. É importante que sucessivas gerações posteriores persigam o mesmo interesse, pois é enganoso pensar que os indivíduos defendendo os seus próprios interesses isoladamente promoverão os da coletividade.

O Estado impõe restrições e fiscaliza as atividades econômicas para garantir a competição e as liberdades, estimulando trabalhos legais, inofensivos e úteis ao indivíduo particular. Pode sugerir os melhores investimentos para o benefício da nação, garantindo-lhes bons ganhos, sem interferir diretamente na decisão e na liberdade individual. No mercado interno, deve estimular a concorrência, ao mesmo tempo que impõe barreiras aos produtos estrangeiros como forma de proteger os capitais investidos internamente. As empresas, por sua vez, devem iniciar explorando as vantagens do seu mercado interno, garantindo o comando para, em seguida, investir em outros mercados. Ao dispor de condições físico-geográficas favoráveis, como o acesso ao mar, devem povoar e dar uso a essas estruturas, impedindo que outras nações se apropriem delas. Na inexistência de saída para o mar, fica-se refém de acordos com as nações vizinhas. Nos casos de acesso ao território de uma nação sem barreiras naturais que garantam sua maior segurança, elas devem buscar formas de compensar ou contornar a fragilidade das suas defesas (LIST; HODGSKIN, 1983).

Cada país tem suas especificidades, que não podem ser negligenciadas. Por meio da política, nações foram civilizadas, prosperaram e deram continuidade à sua existência, logo é tarefa da política preparar a sociedade para o futuro. O surgimento de um determinado setor em diferentes nações, levado a competir no mercado externo, deixa para a política de comércio exterior a tarefa de proteger ou atenuar a concorrência, trazendo para si a responsabilidade pelos rumos das atividades econômicas internas.

Para defender as condições de competição interna com os similares estrangeiros, são tomadas medidas protecionistas. Em tempos de guerra, por exemplo, devido às restrições de importação em função do conflito, costumam surgir internamente setores produtores de mercadorias antes importadas. Ao se retornar ao tempo de paz, fica difícil convencer esses países a sacrificarem o setor nascente, tornando a beneficiar o comércio externo.

Na preservação de setores nascentes, uma política comercial protecionista é essencial contra a concorrência externa mais avançada, política essa que deve ser abandonada gradativamente, conforme o setor adquire condições de competição, o que também é importante para estimular melhorias no produto. Isso pode ser feito ampliando a liberdade de mercado, até o produto chegar ao topo da concorrência, podendo administrar certo grau de proteção sobre ele a qualquer momento em vista de manter a atividade, pois “A máxima liberdade de comércio internacional pode resultar numa servidão nacional.” (LIST; HODGSKIN, 1983).

Num contexto em que outros mercados operam políticas comerciais com certo grau de protecionismo, aceitar abrir indefinidamente seu mercado pode esmagar abruptamente a economia interna, abrindo mão da soberania nacional. Não sendo um país pequeno ou cidade autônoma, ou seja, um país capaz de formar um mercado interno diversificado, esse tipo de abertura pode retroceder a economia enormemente. Segundo List e Hodgskin (1983), é uma operação recomendada para nações ainda em situação de barbárie, que precisam incorporar alguma modernização.

O Estado-nação adquire as aptidões do seu sistema produtivo. Países exclusivamente agrícolas com dificuldades de escoamento de sua

produção passam a sofrer economicamente de subutilização de suas terras férteis. As reservas minerais ficam inutilizadas. Já com a presença e ampliação da manufatura, o sistema produtivo ganha dinamismo. Aos materiais inutilizados são dadas inúmeras aplicabilidades. Nas nações manufatureiras, as possibilidades são ampliadas, dispondo das mais diversas atividades para as diferentes capacidades físicas e intelectuais.

O próprio trabalho intelectual adquire valor no processo da economia, na medida em que é empregado no sistema produtivo de uma nação que conta com a manufatura. Nessas condições, o bom desempenho da manufatura beneficia a agricultura. A mesma agricultura, quando prospera, transfere seus bons resultados à manufatura. Então, se sobressai a produção do que aufere maiores vantagens, com maior vigor na produtividade. No valor dado ao tempo fica mais clara a diferença, pois na agricultura o tempo produtivo quase não se altera, apenas tem de ser preenchido enquanto se espera as plantas e o gado crescerem; já na indústria a economia do tempo pode aumentar os lucros (LIST; HODGSKIN, 1983).

Nos países subdesenvolvidos

Nos países subdesenvolvidos, a renda e o poder de compra individual variam significativamente de acordo com a posição do indivíduo no espaço, visto como fator determinante da remuneração do trabalho. Nas cidades locais, existe uma dificuldade e maiores obstáculos à entrada de atividades modernas. A diferença dessas cidades para as metrópoles é brutal nesses países, com custos operacionais relativamente mais altos, sobretudo para as camadas mais pobres quando comparadas com as cidades menores.

Apesar da monetarização generalizada, que aumenta a importância e a remuneração laboral das classes assalariadas, o consumo de subsistência nessas cidades inclui uma gama maior de mercadorias e serviços, o que consome a aparente melhora na renda (SANTOS, 2003). Por isso, é indispensável relativizar os cenários e criticar as comparações grosseiras que não levam em conta o poder de compra e o custo fixo ou consumo de subsistência do qual

depende a permanência do individual no espaço social e economicamente reservado.

A melhoria das vias de comunicação modifica o valor da terra (elevação do valor de utilidade), subindo o desembolso necessário aos que são capazes de pagar e causando um efeito de encadeamento no qual cada valorização que é aceita por meio do pagamento pode levar a uma nova valorização seletiva, que afeta as áreas próximas (SANTOS, 2003). Além disso, o desenvolvimento do sistema de comunicação acompanha a progressão do povoamento (PRADO JUNIOR, 2007). Assim, a ampliação das áreas periféricas e sua conseqüente valorização, causada pela melhoria da infraestrutura, interfere nas áreas centrais ainda mais do que nas áreas próximas, em uma espécie de efeito “bola de neve”, que pode criar uma sobrevalorização especulativa. Dessa forma, a reorganização do espaço expulsa os pobres das áreas centrais e próximas ao centro.

No caso brasileiro, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pode ser visto, para além de uma contribuição fiscal, como um instrumento que retira moradores de áreas que passaram por uma rápida valorização e conseqüente aumento do imposto, devido à incapacidade financeira de eles arcarem com o novo valor. O espaço é socialmente reservado por inúmeras configurações, as quais estabelecem quem vai ocupá-lo e para qual utilidade disporá dele, e o Estado é o principal responsável pelo território.

Em boa medida, e sobretudo nos países subdesenvolvidos, quem arca com os custos de estabelecimento, melhoria e manutenção da infraestrutura logística é o Estado, ou seja, o ente público interferindo no espaço acaba agindo em favor de benefícios de apropriação privada (SANTOS, 1982, 2003, 2008). A modernização das vias de comunicação interfere diretamente na dinâmica econômica, que se apropria privadamente ampliando seus lucros e devolvendo ao Estado resultados aumentados e que devem deixar de serem analisados (SANTOS, 2003; 2008; LIST; HODGSKIN, 1983).

Ao mesmo tempo que o investimento em infraestrutura dinamiza a economia, também impõe restrições à organização espacial, determinando um caráter seletivo à alocação do capital, instituições e pessoas. O desafio

se torna maior em países mais pobres, onde as descontinuidades da circulação no espaço oneram com maior efeito a fluidez e fortalecem as restrições infraestruturais (SANTOS, 2003; 2008). Os serviços de transportes e comunicação acompanham a modernização, que vai permitindo transitar por mais lugares e em menor tempo, melhorando os próprios serviços. Dessa forma, a melhoria das comunicações e dos transportes contribui para a diminuição do tempo de circulação, acelerando, portanto, a formação de um processo de acumulação nas diversas regiões, com características tanto comuns como diversas e, mesmo as comuns, com certo grau de diferenciação.

O tempo de circulação é determinado entre o local de produção e o mercado, imprimindo maior intensidade do fluxo de mercadorias a partir da modernização. Quanto mais rapidamente elas chegam ao destino, mais rapidamente podem ser vendidas, e o valor acumulado é referente à mercadoria vendida (MARX, 1970). Conforme são promovidas as trocas, em alguns momentos em ritmo acelerado e em outros, mais lento, a complexidade da economia aumenta e, com ela, o volume de interações comerciais, superando os limites imediatamente anteriores (MARX, 1970; LIST; HODGSKIN, 1983). Essa modernização exige o alargamento das funções do Estado e a sofisticação de seu aparelho burocrático (WEBER, 1982; LIST; HODGSKIN, 1983; SANTOS, 2003, 2008).

O início dum período muito mais tecnológico permitiu refutar a teoria dos polos de crescimento econômico de François Perroux, a qual consistia em fomentar polos geograficamente posicionado, onde determinadas atividades seriam mais adensadas, “irradiando” o crescimento econômico. A difusão da informação e do consumo, permitido a descentralização, deu funcionalidade a um modelo de distribuição das atividades produtivas no espaço, já que elas não tinham mais de ser relativamente concentradas (SANTOS, 2003). No entanto, esse modelo cria, ao mesmo tempo, novas possibilidades e entraves ao livre desenvolvimento do processo produtivo e da acumulação do capital. Facilita ao permitir uma reconfiguração do espaço produtivo, mais disseminado no território, enquanto eleva o patamar de cobrança sobre a infraestrutura logística. Além disso, aumenta significativamente a velocidade

de reposição e sobreposição de desafios quanto à ampliação e modernização da infraestrutura.

Estado e planejamento no Brasil

Durante o Governo JK, membros do governo, economistas, técnicos e administradores procuraram difundir a concepção de que o planejamento era uma técnica neutra, que se aplicaria independente do regime econômico e da fase de processo de desenvolvimento. No entanto, fica claro que, do ponto de vista econômico, as soluções e suas escolhas dependem das considerações políticas e sociais. O papel da técnica está em apresentar essas opções de maneira objetiva, expondo os atributos e efeitos de cada uma (IANNI, 1996).

As crises econômicas levam o Estado a ter uma postura mais ativa na economia dos países capitalistas, dominantes ou dependentes. Fica sendo mais crítico, do ponto de vista da vulnerabilidade estrutural, o caso dos países dependentes, como o Brasil, que são afetados com mais intensidade pelas flutuações e oscilações dos mercados externos. Nesses países, isso causa maiores estragos, pois a ocorrência é, normalmente, inesperada, e afeta primeiro os setores diretamente ligados ao setor externo, para depois infectar os demais campos da economia, à medida que o efeito ganha tempo e velocidade. A extensão dos efeitos é dada pelo grau de dependência do setor externo. Em consequência, a cada novo abalo o Estado toma maior centralidade no sistema econômico, o que leva à complexificação das suas funções (IANNI, 1996; SANTOS, 1982, 2003, 2008).

Segundo o pensamento de JK, a industrialização é a base para o desenvolvimento de um país com população crescente, grande mercado potencial e reservas de recursos naturais. Permite substituir as importações e diversificar a pauta de exportações, estimulando o progresso agrícola pela introdução de tecnologias mais avançadas e incorporando a mão de obra excedente do campo. O êxodo rural é visto como um sintoma do progresso. Cada introdução de técnica mais aprimorada intensifica mais o dispêndio de mão de obra necessária, conduzindo a melhores safras. Isso proporcionaria

melhores trabalhos e oportunidades para melhoria do padrão de vida. O que difere Juscelino de Getúlio Vargas é no que diz respeito à dependência do modelo: o primeiro trata de forma dependente, puxada por capital externo, enquanto o segundo está ligado à emancipação econômica nacional, ampliando a autonomia política e econômica (IANNI, 1996). No pensamento de List e Hodgskin (1983), a manufatura também se apresenta com centralidade, agregando valor aos produtos agrícolas, dando utilidade aos recursos minerais, valorizando a terra e estimulando o desenvolvimento da nação.

As esferas do político e do econômico se relacionam contínua e reciprocamente. A realização de excedente econômico efetivo ou de mão de obra tem, na política econômica governamental, um destino planejado por uma estrutura de relações políticas. À medida que o conjunto do sistema econômico tem suas necessidades ampliadas, demandando um alargamento das funções do Estado, ganham importância a criação e modernização dos instrumentos de coleta de dados, organização e análise. Esse processo implica na formação de uma classe tecnocrática, voltada a exercer funções essencialmente técnico-burocráticas. Essa classe tende a um pensamento técnico-científico, colocando-se em oposição ao pensamento político. Mesmo os setores privados passam a dar preferência ao conhecimento cientificamente atestado em oposição à experiência adquirida no dia a dia do trabalho, convencidos de que isso diminuiria a distância entre o produto potencial e o produto efetivo (WEBER, 1982; IANNI, 1996).

Uma característica básica da sociedade moderna é a tendência crescente à racionalização de todas as esferas da vida social, política e cultural. A introdução da organização burocrática no âmbito do Estado enquanto sociedade vem de sua superioridade puramente técnica, reconhecida sobre outras formas de organização conhecidas. Em princípio, essa forma moderna de organização do setor público segrega a esfera oficial do cargo público da esfera privada e da vida domiciliar do funcionário. A estrutura de estamento introduzida prioriza a contratação pelos méritos, buscando uma administração de especialistas que promove, também, a ascensão social real do funcionário, o que acaba favorecendo as camadas mais privilegiadas economicamente, as

quais puderam estudar e se capacitar mais para ocupar os melhores cargos da estrutura. Dessa forma, captura-se para o setor público uma significativa parcela dos melhores especialistas (WEBER, 1982). A esfera estatal favorece a racionalização, que passa, também, para o setor privado no sistema produtivo, de produção e acumulação capitalista (WEBER, 1982; IANNI, 1996)

O movimento, descrito por Octavio Ianni (1996), produziu uma relativa ruptura com a cultura oligárquica, dando início à cultura tecnicista-burocrática mascarada pelo “mérito”, o que antes foi conhecido como clientelismo. O Estado aglutina a sociedade e os meios de produção, capturando todas as adversidades e criando novas culturas, que depois são incorporadas pelos setores privados.

A divisão social do trabalho racionaliza o sistema produtivo, que se torna mais complexo e fragmentado. O aumento da dependência entre regiões, dados pela economia e a divisão internacional do trabalho, amplia o nível de complexidade da formação das etapas do processo de produção. Criam-se domínios aos especialistas, tecnocratas, difíceis de serem contestados. O reforço da meritocracia, essencial para melhoria da posição social, leva os indivíduos à competição uns contra os outros, se afastando de uma cooperação e identificação.

Uma contradição desse modelo é que ele depende da inovação tecnológica, a qual premia com melhores resultados mesmo os maiores lucros quando empregada com essa finalidade. Ela poupa trabalho e, ao mesmo tempo, se for de uso coletivo pode gerar uma massa de desempregados, o que acaba por desestimular o mercado consumidor da produção excedente. O capital se valoriza negando a sua base material no meio produtivo, ao mesmo tempo em que se sustenta nela via consumo, e lança o desafio de realocar a mão de obra descartada ou, por meio do Estado, buscar políticas redistributivas de renda, para manter o mercado de consumo absorvendo a produção excedente. Assim, enormes bancos de memória são criados, demandando melhores ferramentas de coleta, processamento e análise dos resultados, além de exigir especialistas capazes de operar as ferramentas e interpretar os resultados (HARVEY, 2006).

CONCLUSÃO

Por meio dos fragmentos e síntese de tantos autores, pode-se entender o Estado como uma estrutura complexa, cheia de fissuras, sem um sentido unívoco. Uma estrutura de formação heterogênea que, ao mesmo tempo que possibilita inúmeros caminhos, serve de barreira a outros, sendo guiado por uma política feita de pessoas dotadas de predileções e preconceitos, que estão no público e no privado, encharcadas de ideologias, mesmo as de formação técnica, “vendidas” como neutras. É o extrato de uma sociedade a qual é, ao mesmo tempo, responsável por se organizar e assentar suas bases de sustentação, desenhadas por uma classe dominante/dirigente, que, portanto, conhece por dentro os detalhes da estrutura estatal. Para ser legítima, essa classe foi construída a partir da própria sociedade, com autonomia relativa, dependente do fomento a um corpo de intelectuais orgânicos capazes de pastorear a maioria da população para os seus interesses.

O Estado moderno é caracterizado pela racionalização, que organiza os processos técnico-burocráticos da administração pública. Exemplos disso são o planejamento e a divisão social do trabalho, os quais aumentam a produtividade. Quanto à construção de infraestruturas, ela tem um propósito público, porém é apropriado privadamente. Já o território é a base material onde se assenta o Estado, o objeto de das disputas do capital de onde se abstrai valor.

REFERÊNCIAS

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2006.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LIST, F.; HODGSKIN, T. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 194.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.